

Informações sobre Separação e Divórcio no caso de Casamento, União de Facto registada ou Coabitação

Quero separar-me: como devo agir?

Pode iniciar um „procedimento de proteção do casamento“ no Tribunal Cantonal de Glarus e solicitar para morar separadamente. Então, neste caso, não é divorciada, mas separada de forma judicial. Em caso de desacordo, o divórcio só é possível, após dois anos no mínimo de vida separada. Pode solicitar uma separação usando o formulário do procedimento de proteção do casamento ou iniciá-lo através de um advogado. O Apoio à Vítima, está à sua disposição para o ajudar.

Recomendamos que leve os seguintes documentos para a primeira reunião no tribunal ou no advogado:

- ✓ As duas últimas declarações fiscais
- ✓ A última declaração fiscal definitiva
- ✓ Os recibos dos salários dos últimos seis meses
- ✓ Os extratos bancários dos últimos seis meses (contas do correio e do banco)
- ✓ Documentos com informações aplicadas sobre atos de violência no casal (atestados médicos, processos judiciais, ordens de medidas de proteção)

Quem paga pelo procedimento de proteção do casamento e/ou um advogado?

Se tiver pouco dinheiro, poderá solicitar a assistência jurídica gratuita. Se o pedido for aprovado, serão suportados os custos judiciais, assim como os do advogado e das traduções. Após cinco anos, o mais tardar, os serviços de tesouraria do tribunal tentam reembolsar esses custos e vão verificar se a pessoa tem condições financeiras suficientes para efetuar esse pagamento. No máximo, um reembolso será acordado ou será emitido num contrato de reconhecimento de dívida. Com esse contrato, o prazo de prescrição é de 10 anos e é automaticamente interrompido. Pode também fazer um contrato de pagamento com o advogado, caso se lhe possa vir a pagar os honorários.

O que é regulamentado no processo de proteção do casamento?

- ✓ Quem pode ficar no apartamento. Essa, será a pessoa que é mais dependente do apartamento; principalmente a pessoa que cuida das crianças. Caso queira ficar no apartamento, solicite a data da saída da outra pessoa para a mudança e a entrega de todas as chaves do apartamento.
- ✓ Onde é que as crianças (normalmente) vão morar.
- ✓ Como é que é regularizada as responsabilidades parentais.
- ✓ Quanto é que a pessoa que é obrigada, paga à outra para a guarda das crianças (alimento). As crianças têm direito à pensão de alimentos, até aos 18 anos de idade ou até à conclusão do primeiro estudo profissional. Se a pessoa que tem de prestar o pagamento da pensão de alimentos após uma decisão judicial não o fizer, a pessoa

pendente poderá tomar iniciativa própria de uma ação de aplicação da dívida. Ou pode ter o direito de apoio de pensão de alimentos, prestado pelo estado.

Como funciona um procedimento de proteção do casamento?

- ✓ Solicite legalmente a proteção do casamento (separação).
- ✓ Fundamente verbalmente a sua reclamação e apresente as evidências.
- ✓ A pessoa que é contra, também pode fazer solicitações.
- ✓ O tribunal exige que a pessoa que é contra, dê um raciocínio oral e uma opinião sobre a sua solicitação legal.
- ✓ Em certas circunstâncias, pode haver um interrogatório no tribunal.
- ✓ Às vezes o tribunal exige, que mais documentos ainda sejam enviados.

Medo de um agravamento de violência devido à separação

Se a pessoa de quem se separou a ameaçar e aos seus filhos ou usar violência, a polícia pode imediatamente ter um ação de expulsão. Dentro de 5 dias após a expulsão, pode prolongar a expulsão por mais 10 dias, se recorrer às medidas obrigatórias do tribunal. Se estiver preocupada com a possibilidade de continuar a ser ameaçada, poderá solicitar outras medidas de proteção ao tribunal civil (ordem de expulsão, proibição de contato e raio de distanciamento). Apoiamos e aconselhamos de forma confidencial e gratuita sobre essas solicitações. Se houver um grande perigo e a pessoa que deixou não cumprir as proibições, podemos para si e para os seus filhos arranjar uma casa de acolhimento.

Se tiver de ser rápido?

Se pode provar os atos violentos e, portanto, a urgência, pode solicitar ao tribunal as chamadas "medidas super provisórias". O tribunal então resolve as questões mais importantes do processo de proteção do casamento, sem ouvir as partes.

Com quem é que, as crianças vão morar e como continuam a ser cuidadas?

As crianças devem continuar a morar com uma parte parental, que já cuidava delas e poder continuar a garantir esse apoio. O bem-estar da criança está em primeiro plano e o tribunal pode interrogar pessoalmente crianças a partir dos 6 anos de idade. Ambos os pais têm direito a entrar em contato com os filhos. Portanto, é aconselhável chegar a um acordo sobre cuidados e direitos das visitas. Se as crianças estiverem ameaçadas ou se houver incidentes violentos durante as visitas, pode solicitar que a visita seja feita com um acompanhante e requerer assistência profissional no âmbito do direito de visita ou um tutor.

Vamos viver de quê?

Pode levar muito tempo, até que o tribunal tome uma decisão final, sobre os cuidados e quando vai receber a pensão de alimentos. Portanto, por precaução, solicite assistência social económica aos Serviços Sociais do Cantão de Glarus. Se tiver uma conta conjunta com a pessoa que pratica violência e não tiver economias, retire algum dinheiro para dois meses e bloqueie a autorização da outra pessoa. É aconselhável abrir uma nova conta em seu próprio nome. No procedimento de proteção do casamento, as necessidades de ambas as famílias são calculadas e deduzidas do respectivo rendimento. Isso forma a base para o cálculo da pensão de alimento. Se o apoio à criança e o salário do trabalho não são suficientes para sobreviver, vai precisar de assistência social como um complemento. Se houver uma decisão de proteção do casamento legalmente válida e desejar trabalhar, poderá solicitar ao seguro de desemprego 90 dias de subsídio ou pagamento antecipado da pensão de alimento no Cantão de Glarus.

Sou uma pessoa estrangeira - a separação afeta a minha autorização de residência?

Muitas mulheres afetadas têm a autorização de residência (Bewilligung B) porque vieram para a Suíça como reagrupamento familiar a autorização está, portanto, vinculada à condição de conviver. Pessoas de países da EU (União Europeia) têm melhores condições para ficar na Suíça. No caso de uma separação, de pessoas fora da EU podem solicitar uma prorrogação da sua estadia no Departamento de Migração, se morarem na Suíça pelo menos há três anos e se puderem provar a sua integração. Pode apresentar motivos pessoais importantes (vítimas de violência doméstica ou ameaças à reinserção social no seu país de origem). Aconselhamos sobre este assunto, de forma gratuita e confidencial.

O que acontece durante um julgamento de proteção do casamento?

Não pode levar os seus filhos consigo, portanto organize pelo menos meio dia e deixe os seus filhos ao cuidado de alguém. Solicite com antecedência ao tribunal um tradutor para a audiência, se o seu idioma materno não for o alemão. Se é representado por um advogado, o advogado informa-o sobre o processo. Se comparecer em tribunal sem advogado, não assine nenhum acordo (acordos) se não tiver a certeza. Assine sómente, se tiver o direito a revogação dentro de 10 dias.

Durante este período de tempo, pode discutir e comparar este assunto com uma pessoa credenciada.

O que posso fazer contra a sentença, se não concordar?

Tem de solicitar dentro de 10 dias que a sentença seja fundamentada, ou apresentar recurso. O recurso pode ser encontrado no final da sentença. Após os 10 dias, só é possível uma alteração se houver mudanças significativas na situação da vida. Se quiser morar com a outra pessoa novamente, a sentença será automaticamente invalidada.

O divórcio não é melhor do que a proteção do casamento?

O divórcio é possível a qualquer momento, se ambas as partes concordarem. Tem de confirmar com um acordo, que pode, no entanto, ser revogado. Contra a vontade da outra parte, um divórcio só pode ser feito dentro de dois anos, após a separação. O processo de proteção do casamento geralmente é muito mais rápido.

O que posso fazer, se fui forçado a casar?

O "casamento forçado" é proibido na Suíça. Não importa se o casamento foi contraído no estrangeiro ou na Suíça. Na Suíça, tem o direito de escolher o seu parceiro ou parceira livremente. Aconselhamos em questões de casamento forçado, de forma gratuita e confidencial.

Como posso dissolver uma União de Facto registada (Partnerschaft)?

(Viver em União de Facto registada tem direitos e obrigações mútuas semelhantes aos de um casal legalmente casados)

Pode iniciar a separação no Tribunal Cantonal de Glarus e solicitar medidas de proteção em caso de ameaças e violência análogas ao procedimento de proteção do casamento. Se não concordar com o parceiro sobre a dissolução, poderá dissolver a parceria contra a vontade da outra pessoa, após um ano.

Vivemos em Coabitação (Konkubinats) - como posso separar-me?

(não é um modo de vida juridicamente vinculado)

No caso de separação quando se coabita são executados diversos processos em simultâneo. A autoridade de proteção de crianças e adultos, regula a custódia e a responsabilidade parental dos filhos. O tribunal cantonal regula a pensão de alimento. Quem pode ficar no apartamento, depende por um lado, de quem assinou o contrato de arrendamento, da boa vontade do proprietário e da outra pessoa. Em caso de violência, com o seu parceiro, tem o direito de pedir medidas de proteção de coabitação no tribunal civil. Aconselhamos de forma gratuita e confidencial.

Endereços úteis:

Associação de advogados de Glarus

- Glarner Anwaltsverband: <http://www.glav.ch/>

Ordem dos advogados do Cantão de Glarus

- Anwaltsregister Kanton Glarus: <https://www.gl.ch/rechtspflege/anwaltsregister.html/276>

Pedido de apoio judiciário gratuito no Cantão de Glarus

- Gesuch unentgeltliche Rechtspflege Kanton Glarus:
[https://www.gl.ch/public/upload/assets/7652/18 Gesuch unentgeltliche Rechtspflege.pdf](https://www.gl.ch/public/upload/assets/7652/18_Gesuch_unentgeltliche_Rechtspflege.pdf)

Pedido de proteção do casamento no Cantão de Glarus (Separação)

- Gesuch Eheschutz Kanton Glarus (Trennung)
<https://www.gl.ch/rechtspflege/online-schalter.html/287>

As informações legais do Web-Site do Centro de Aconselhamento BIF serviram de base para escrever as folhas de informações sobre a separação e o divórcio para mulheres a viverem em regime de casamento e em parceria registada.